



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**

Ata da 10ª reunião, realizada em 23 de outubro de 2017

1 Em 23 de outubro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), na sede da Secretaria de Estado
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento e o suplente Henri Dubois
6 Collet, representantes da SEMAD. Representantes do poder público: Daniel
7 Rennó Tenenwurcel, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,
8 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Juarez Dutra da Silva, da
9 Secretaria de Estado de Educação (SEE); Marcos Henrique Castro, da
10 Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Elídia de Almeida Caldeira, da
11 Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig); Junio Augusto
12 dos Santos Silva, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
13 Naturais Renováveis (Ibama); Juliana Gonçalves Ferreira, do Instituto Chico
14 Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Representantes do setor
15 produtivo: Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado
16 de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da
17 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Denise Bernardes
18 Couto, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais
19 (Sindiextra). Representantes da sociedade civil: José Hermano Oliveira Franco,
20 da Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá);
21 Marcelo Ribeiro Pereira, da Universidade Federal de Viçosa – Campus de Rio
22 Paranaíba; Geraldo José dos Santos, do Conselho Regional de Engenharia e
23 Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
24 **BRASILEIRO**. Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA**. O
25 presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento declarou aberta a 10ª reunião
26 da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas e deu boas-
27 vindas a todos. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**
28 **GERAIS**. Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “Eu trago aqui uma
29 coisa que tem nos afligido muito nesses últimos tempos, que são os incêndios
30 florestais que estão ocorrendo no Estado de Minas e também no Brasil. Eu
31 tenho ficado extremamente preocupado e trazendo a reflexão aqui para vocês,
32 porque nós somos uma Câmara de Proteção da Biodiversidade. Hoje, eu vejo
33 que um dos maiores impactos ambientais que nós temos são os incêndios.
34 Pelos cálculos que nós temos, grande parte, 99% são criminosos. E isso traz
35 um prejuízo ambiental, um prejuízo para a biodiversidade incomensurável. O
36 que fazer? Já parabenizando a equipe do Previncêndio, que está se

37 desdobrando nesse período. É realmente uma turma dedicada e que tem o
38 conhecimento e a experiência com relação ao combate aos incêndios florestais.
39 Nós focamos muito as unidades de conservação, que é o papel do Estado, mas
40 não está vencendo. Nós tivemos caso em que o pessoal colocava fogo, o
41 Previncêndio começava a controlar, e eles saíam e iam para o outro lado do
42 parque colocar fogo. E, raramente, nós conseguimos pegá-los. No IEF, nos
43 estamos fazendo estudo de um novo sistema, com torres de acompanhamento,
44 para que possamos ter uma visão mais real e mais momentânea da situação
45 dos parques e das unidades. Tem um custo, mas temos buscado fazer esses
46 trabalhos. Então já temos algumas propostas de verificar qual sistema de torre
47 que nos dê um acompanhamento mais próximo para tentar coibir esse crime
48 ambiental que ocorre. Nós temos que começar a trabalhar intensamente e
49 diuturnamente na prevenção, nós temos que focar, cada vez mais, na
50 prevenção. E como fazer? Juntar todos os esforços e todos nós trabalharmos
51 para ver evitamos, porque o prejuízo é muito grande. Nos fins de semana, o
52 tempo todo recebemos informações. Há unidades de conservação que há um
53 bom tempo não estavam tendo incêndio e que hoje estão sendo acometidas por
54 esse desastre ambiental. Isso tem nos preocupado muito. Então chamamos a
55 Câmara de Proteção da Biodiversidade para discutir, realmente uma ação bem
56 efetiva. Pegar as pessoas é muito difícil, mas vamos buscar. Eu acredito que,
57 com esse sistema de torres que estamos pensando, com o sistema de
58 comunicação que estamos revendo, cada vez mais, consigamos melhorar a
59 nossa ação. Mas é preciso do empenho de todos, de todas as instituições, para
60 fazer um trabalho intenso de educação, de mobilização, de mostrar realmente o
61 que fazer e por que não fazer isso. O prejuízo é de todos. O custo que o Estado
62 tem para apagar o incêndio é muito alto. O custo financeiro. Agora, o custo
63 ambiental nem se fala. O que se perde de espécie. E não adianta estruturar e
64 fazer um belíssimo trabalho aqui na CPB, na estruturação das unidades de
65 conservação, se não tivermos, realmente, um trabalho forte e intenso nessa
66 questão de educação, nessa questão de começar a minimizar os incêndios.
67 Então eu trago aqui para os senhores conselheiros, para fazermos essa
68 reflexão e juntar os esforços para que, realmente, consigamos minimizar esses
69 impactos. Isso nos incomoda, emissão de gases de efeito estufa, perda da
70 biodiversidade, custo financeiro e o trabalho todo que fazemos para proteger
71 esse bem natural que nós temos e que, da noite para o dia, perdemos em
72 grande parte. Então é essa reflexão que eu trago aqui para os conselheiros,
73 para as instituições que aqui representam, para fazermos uma ação bem
74 efetiva.” Conselheiro Geraldo José dos Santos: “Nós temos observado que, em
75 todos os anos, na época que antecede o período seco, há um esforço maior das
76 instituições falando a respeito dos problemas que advirão, como seca, fogo etc.
77 Mas o que precisamos, a nosso ver, é de uma campanha permanente,
78 organizada, e muito bem organizada, liderada pelo próprio Estado, para que se
79 tenha, permanentemente, uma campanha de combate aos incêndios florestais,

80 contando, certamente, com a participação de todos aqueles que estão
81 envolvidos com a questão. Nós temos um exemplo americano de uma
82 campanha de combate a incêndios que tem um pouco mais que cem anos.
83 Continua queimando na Califórnia e em outros locais, mas muito menos do que
84 seria se não tivesse essa campanha de mais de cem anos ininterruptos. Todos
85 os americanos nasceram já dentro dessa campanha. E são campanhas que vão
86 atingindo o setor escolar, desde sua base, e vão em frente. Ou seja, o que nós
87 proporíamos é que, sem nenhuma dúvida, se quisermos ter resultados valiosos
88 nessa questão, que se tenha uma campanha permanente, com pessoas
89 dedicadas a ela, com um grupo que se dedique a ela, permanentemente. E que
90 somente se fale a respeito de incêndio no Estado passando por esse grupo que
91 esteja permanentemente envolvido com isso. Sem uma campanha permanente
92 e intensa, dentro dos princípios de campanhas que sempre sobem e descem
93 em termos de intensidade de ações, mas que sejam lideradas por técnicos e
94 bem trabalhadas, eu acho que nós vamos continuar a lastimar que no próximo
95 período seco teremos muitas queimadas e no outro mais ainda. Eu acho que
96 neste ano foi extrapolado, e não é porque não choveu, mas porque mais se
97 botou fogo. Eu não conheço incêndio por acaso. Os incêndios que nós temos,
98 criminosos ou não, foram provocados pelo homem, não aconteceram porque
99 caiu faísca ou qualquer coisa parecida. Nem chuva tivemos, nem raios tivemos,
100 mas tivemos esses incêndios acontecendo. Não é possível continuar assim. É
101 certo que lastimamos o acontecido, mas temos que nos preparar para melhorar
102 isso.” Conselheira Juliana Gonçalves Ferreira: “Esse problema de incêndios
103 atinge todas as unidades. Nós estamos com um problema não em Minas, mas
104 na Chapada dos Veadeiros, em que pularam o aceiro e colocaram fogo a partir
105 do aceiro. Então eu acho que temos que tentar fazer uma campanha ou que
106 seja fiscalização. Porque sempre se comenta que fiscalização e punição não
107 funcionam. Nós temos que fazer uma comunicação com a comunidade do
108 entorno para que contemplem a necessidade daquela unidade de conservação,
109 mas temos que fazer alguma coisa diferente. Que seja uma punição maior ou
110 efetiva. Porque a punição acontece, mas as multas não são pagas. E o tipo de
111 campanha que estamos fazendo não está dando muito efeito. Então eu
112 concordo, plenamente, com o João Paulo de que temos que fazer alguma coisa
113 de um modo diferente. Eu coloco o ICMBio à disposição para participar das
114 discussões. E quero fazer um agradecimento ao IEF, ao Estado, pelo apoio que
115 sempre dá nos incêndios das unidades federais também. Nós trabalhamos
116 muito em conjunto, e a ajuda é muito grande.” Presidente João Paulo Mello
117 Rodrigues Sarmiento: “Realmente, tem que ser educativo e nós temos que
118 trabalhar com a prevenção, investir na prevenção.” Conselheiro José Hermano
119 Oliveira Franco: “Eu acho que realmente a prevenção tem que ser constante. É
120 um dado interessante esse de cem anos de campanha. Eu acho que isso tem
121 que ser trabalhado constantemente. E acredito também que a efetividade das
122 fiscalizações é muito pouca. Nós trabalhamos muito pouco com monitoramento,

123 e não só em Minas Gerais. O nosso modelo de licenciamento está focado só no
124 antes, nunca no depois. Isso é um problema sério. Mas, para tomar as ações de
125 que nós todos estamos falando, isso tem que ser constante, algo contínuo. E
126 algo contínuo demanda muito recurso. Esse, a meu ver, é o grande gargalo. E
127 aí nós temos algumas coisas a corrigir. Algumas, internas. A SEMAD, por mais
128 que seja a segunda arrecadadora, vive de pires na mão e tem pouco dinheiro,
129 infelizmente. Até vem mudando agora a aplicação do recurso, pelo menos, na
130 CPB, e foi um passo a mais. Mas algumas coisas precisam começar a ser, pelo
131 menos, discutidas. Já se vão quase 20 anos do Snuc, e ele tem que ser revisto,
132 de alguma forma, porque a compensação do Snuc se tornou muito ínfima. Na
133 verdade, nós estamos trocando – dado o nível de impacto a que estamos
134 chegando – muita riqueza, muita coisa, por muito pouca coisa. É só pegar os
135 processos de hoje e perceber que são investimentos da casa dos bilhões de
136 reais, que vão gerar mais bilhões de reais ainda, e as compensações não vão
137 chegar à casa de uma dezena de milhões de reais. Nós estamos abrindo mão
138 de muita coisa. É claro, isso gera emprego, não vamos discutir isso aqui, mas
139 existem outras formas de se gerar emprego que não sejam só danificando
140 demais. Então não se pensa nisso, a Lei do Snuc ficou, realmente, muito
141 pequena, muito pouco, ínfima, e ainda temos que enfrentar essa questão do
142 Estado, porque o recurso nem sempre vai – no governo federal não é diferente
143 – para onde deveria. Arrecada-se muito, torna quem lida com meio ambiente
144 quase o vilão da história. ‘Tem que arrecadar, tem que pagar, mas o dinheiro
145 não chega, e não se consegue proteger’. Isso tem que ser pensado, discutido.
146 Se não vai mexer no Snuc federal, por que não o governo do Estado começa a
147 engrossar essa conversa aqui e começa a abrir essa discussão? Tem que ser
148 discutido de alguma forma. Cada vez que eu vier aqui eu vou retomar esse
149 assunto de alguma forma, porque está difícil, realmente. Nós estamos a cada
150 ano perdendo mais e mais, e vamos perder mais com incêndios ou com seja lá
151 o que for. E a crise hídrica está ficando cada vez maior, além da biodiversidade,
152 e isso é difícil de se contornar. A sociedade civil está sempre em apoio a isso,
153 nós estamos sempre dispostos a participar e a contribuir, mas estamos
154 dispostos a participar e a contribuir com discussões mais profundas para tentar
155 melhorar esse aspecto ruim da coisa. Senão não vai ter campanha de cem
156 anos, não vai ter torre, se constrói a torre e não tem quem colocar lá, pois não
157 pode pagar o salário. Então a coisa tem que ser repensada nesse sentido.” **4)**
158 **EXAME DA ATA DA 9ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 9ª
159 reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas,
160 realizada em 25 de setembro de 2017. **5) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**
161 **PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, CONFORME POA 2017.**
162 **5.1) SPE Cocais Grande Energia S/A. PCH Cocais Grande). Geração e**
163 **Fornecimento de Energia Elétrica. Antônio Dias/MG. PA**
164 **00154/1999/002/2002. Classe II-A. Apresentação: GCA/IEF. Compensação**
165 **ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. 5.2) Myrtos**

166 **Geração de Energia S/A. Usina Termelétrica Termoirapé. Linhas de**
167 **transmissão de energia. Grão Mogol/MG. PA 07095/2015/001/2015. Classe**
168 **5. Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por**
169 **unanimidade nos termos do Parecer Único. 5.3) NAQ Global Fertilizantes**
170 **Ltda. Fabricação de outros produtos químicos não especificados ou não**
171 **classificados. Delta/MG. PA 25434/2012/007/2015. Classe 6. Apresentação:**
172 **GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do**
173 **Parecer Único. 5.4) Bandeirantes Empreendimentos Imobiliários Ltda. (ex-**
174 **Areias Santa Quitéria Ltda.). Extração de areia e cascalho para utilização**
175 **imediate na construção civil. Esmeraldas/MG. PA 13854/2008/003/2010,**
176 **DNPM 834517/2008. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF. Compensação**
177 **ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. 5.5)**
178 **Agrícola Xingu S/A. Fazenda Gibóia, lugar denominado Fazenda**
179 **Renascença. Culturas anuais, excluindo a olericultura. Unaí/MG. PA**
180 **04282/2011/001/2012. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF. Compensação**
181 **ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único.**
182 Declarações de voto. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “O voto da
183 Fiemg é pela aprovação da compensação, mas sem atualização do Valor
184 Contábil Líquido, conforme já justificado outras vezes aqui.” Conselheira Denise
185 Bernardes Couto: “O Sindixtra acompanha o voto da Fiemg.” Conselheiro
186 Carlos Alberto Santos Oliveira: “A Faemg também acompanha o voto da Fiemg.”
187 **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO**
188 **AMBIENTAL DECORRENTES DO CORTE E/OU SUPRESSÃO DE**
189 **VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO BIOMA MATA ATLÂNTICA. 6.1)**
190 **Sergio Martins Ponce. Construção de habitação/residência unifamiliar.**
191 **Nova Lima/MG. PA 09010000013/13. Sem AAF. Classe não passível.**
192 **Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul. Retorno de vista:**
193 **conselheiro José Hermano Oliveira Franco. Compensação ambiental**
194 **aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com abstenção da**
195 **Angá. Antes da votação do processo, o conselheiro José Hermano Oliveira**
196 **Franco apresentou relato de vista opinando pela baixa em diligência**
197 **considerando que não foi computada a área total para compensação. Foi**
198 **esclarecido pelo IEF que foram seguidos os procedimentos da Instrução**
199 **Normativa 02/2017. O conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti se manifestou**
200 **nos seguintes termos e solicitou registro em ata: “Eu só queria mencionar que,**
201 **apesar de a compensação não ter sido colocada como um todo, o loteamento**
202 **como um todo, o processo segue a Instrução de Serviço 02/2017, que**
203 **estabelece para aqueles empreendimentos antigos, que já foram aprovados no**
204 **âmbito das outras legislações, que façam apenas a compensação lote por lote.**
205 **Eu queria deixar registrado que a proposta apresentada pelo empreendedor**
206 **segue o disposto na Instrução de Serviço colocada para todos e que a análise**
207 **do Instituto Estadual de Florestas foi feita em cima da Instrução de Serviço**

208 02/2017 e em cima da proposta feita pelo empreendedor.” Conselheiro José
209 Hermano Oliveira Franco: “Eu entendo isso perfeitamente, mas entendo
210 também que é previsto não realizado. Dá uma discussão mais profunda. Eu
211 entendo que as instruções existem e têm que ser seguidas, mas nem sempre
212 são o ponto de vista de quem está do lado de cá defendendo, no sentido tanto
213 técnico quanto jurídico. Eu continuo entendendo como previsto não realizado.
214 Então não se aplicaria. Eu entendo que esse loteamento poderia ser visto de
215 forma completa.” **6.2) Luiz Carlos Goulart. Construção de**
216 **habitação/residência unifamiliar. Nova Lima/MG. PA 09010000114/16, sem**
217 **AAF. Classe não passível. Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul.**
218 **Retorno de vista: conselheiro José Hermano Oliveira Franco. Compensação**
219 **ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. 6.3)**
220 **Associação dos Proprietários do Condomínio Tiradentes de São José da**
221 **Lapa. Condomínio Tiradentes. Loteamento do solo urbano para fins**
222 **exclusiva ou predominantemente residenciais. São José da Lapa/MG. PA**
223 **06022/2009/001/2010. Classe 3. Apresentação: Escritório Regional Centro-**
224 **Sul. Retorno de vista: conselheiro José Hermano Oliveira Franco.**
225 **Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer**
226 **Único, com abstenção da Angá e as mesmas considerações registradas no item**
227 **6.1 desta ata. 6.4) Vale Fertilizantes S/A. Barragem de contenção de**
228 **rejeitos/resíduos. Araxá/MG. PA 00078/1980/052/2011, DNPM 035101/1946.**
229 **Classe 6. Apresentação: Escritório Regional Alto Paranaíba/IEF.**
230 **Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer**
231 **Único. 6.5) Cemig Geração e Transmissão S/A. PCH Rio das Pedras.**
232 **Barragens de geração de energia hidrelétrica. Itabirito/MG. PA**
233 **01158/2002/002/2007. Classe 5. Apresentação: Escritório Regional Centro-**
234 **Sul/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do**
235 **Parecer Único. 6.6) CSN Mineração S/A. Nacional Minérios S/A (Namisa).**
236 **Unidade de tratamento de minérios (UTM) e demais estruturas de apoio**
237 **para o beneficiamento do rejeito das barragens B4 e B5. Congonhas/MG.**
238 **PA 07079/2009/003/2017, DNPM 43306/56. Classe 3. Apresentação:**
239 **Escritório Regional Centro-Sul/IEF. Compensação ambiental aprovada por**
240 **unanimidade nos termos do Parecer Único. 6.7) Vale S/A. Cava da Divisa.**
241 **Mina de Brucutu. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido, minério de**
242 **ferro, lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco (10.000**
243 **t/dia), linhas de transmissão de energia elétrica, pilhas de rejeito/estéril,**
244 **unidade de tratamento de minerais (UTM). São Gonçalo do Rio Abaixo/MG.**
245 **PA 00022/1995/063/2013 e 06452/2012/001/2013, DNPM 5441/1958. Classe 6.**
246 **Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF. Compensação ambiental**
247 **aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. 6.8) Universidade**
248 **Federal de Juiz de Fora. Estacionamento. Juiz de Fora/MG. PA**
249 **05020000312/14. Classe não passível. Apresentação: Escritório Regional**

250 **Mata/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
251 Parecer Único. **6.9) Universidade Federal de Juiz de Fora. Distrito industrial**
252 **e zona estritamente industrial. Juiz de Fora/MG. PA 05967/2011/002/2012,**
253 **classe 5. Apresentação: Escritório Regional Mata/IEF.** Compensação
254 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. **7)**
255 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO**
256 **AMBIENTAL DECORRENTE DA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS**
257 **MINERÁRIOS. 7.1) Holcim (Brasil) S/A. Extração de argila e areia. Pedro**
258 **Leopoldo/MG. PA 00160/1997/013/2003, DNPM 830437/1979. Classe 3.**
259 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
260 nos termos do Parecer Único. **7.2) Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).**
261 **Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem**
262 **tratamento. Arcos/MG. PA 00174/1986/008/2008, DNPM 4213/1949. Classe 6.**
263 **Apresentação: Escritório Regional Centro-Oeste/IEF.** Compensação
264 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. **7.3)**
265 **Minerações Brasileiras Reunidas S/A. Vale S/A. Mina de Mar Azul. Pilhas**
266 **de rejeito/estéril. Nova Lima/MG. PA 00115/1990/003/2014, DNPM**
267 **7855/1957. Classe 6. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental
268 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. **7.4) Vale S/A. Mina**
269 **de Abóboras. Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento,**
270 **instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e**
271 **postos revendedores de combustíveis de viação. Nova Lima/MG. PA**
272 **00237/1994/101/2013. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação
273 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Conselheira
274 Juliana Gonçalves Ferreira: “O ICMBio vai apresentar planos de trabalho para
275 compensação ambiental dos itens 7.4, 7.5, 7.7 e 7.8. O empreendimento está
276 na bacia dos rios Doce e São Francisco, e o Parque Nacional da Serra do
277 Gandarela está nessa unidade.” **7.5) Vale S/A. Mina de Capitão do Mato.**
278 **Barragem de contenção de rejeitos/resíduos. Nova Lima/MG. PA**
279 **00237/1994/078/2005, DNPM 931198/1985. Classe 5. Apresentação:**
280 **GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
281 Parecer Único. **7.6) Vale S/A. Linha de Transmissão Mina de Tamanduá e**
282 **Mina da Mutuca. DAIA 09010007248/11, 09010007250/11 e 09010007249/11.**
283 **Classe não passível. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental
284 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. **7.7) Vale S/A.**
285 **Barragens Forquilha IV e V. Mina de Fábrica. Barragem de contenção de**
286 **rejeitos/resíduos. Ouro Preto/MG. PA 15195/2007/065/2008, DNPM**
287 **930925/2005. Classe 6. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental
288 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. **7.8) Vale S/A. Mina**
289 **da Fábrica. Pilhas de rejeito/estéril. Ouro Preto/MG. PA**
290 **15195/2007/069/2009, DNPM 930925/2005. Classe 6. Apresentação:**
291 **GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do

292 Parecer Único. 8) PLANOS DE TRABALHOS PARA DESTINAÇÃO DE
293 RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA ANÁLISE E
294 DELIBERAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13, INCISO XIII, DO DECRETO
295 ESTADUAL Nº 46.953/2016. 8.1) Plano de Trabalho nº 01/2017/Geuc. Parque
296 Estadual da Lapa Grande. Compensação minerária Vale S/A. Aplicação de
297 recursos advindos dos processos de DAIA nºs 0023178-D, 00231179-D e
298 0023242-D. Linha de Transmissão da Mina de Tamanduá e Mina da Mutuca.
299 **Apresentação: Geuc/IEF.** Plano de trabalho aprovado por unanimidade nos
300 termos apresentados. 8.2) Plano de Trabalho nº 02/2017/Geuc. Unidades de
301 Conservação das Bacias do Rio São Francisco e Rio Doce. Compensação
302 minerária Vale S/A. Aplicação de recursos advindos dos processos de
303 DAIA nºs 0023178-D, 00231179-D e 0023242-D. Linha de Transmissão da
304 Mina de Tamanduá e Mina da Mutuca. PA 00182/1987/081/2010 (UTM). Mina
305 de Fábrica Nova. **Apresentação: Geuc/IEF.** Plano de trabalho aprovado por
306 unanimidade nos termos apresentados. 8.3) Plano de Trabalho nº
307 01/2017/GEREF. Unidades de Conservação das Bacias do Rio São
308 Francisco e Rio Doce. Compensação minerária Vale S/A. Aplicação de
309 recursos advindos dos processos de DAIA nºs 0023178-D, 00231179-D e
310 0023242-D. Linha de Transmissão da Mina de Tamanduá e Mina da Mutuca.
311 PA 00182/1987/081/2010 (UTM). Mina de Fábrica Nova. **Apresentação:**
312 **Geref/IEF.** Plano de trabalho aprovado por unanimidade nos termos
313 apresentados. 8.4) Plano de Trabalho ERCN nº 01/2017. Parque Estadual do
314 Sumidouro. Compensação minerária Vale S/A. Aplicação de recursos
315 advindos dos processos de DAIA nºs 0023178-D, 00231179-D e 0023242-D.
316 Linha de Transmissão da Mina de Tamanduá e Mina da Mutuca.
317 **Apresentação: Gerência do Parque Estadual do Sumidouro/IEF.** Plano de
318 trabalho aprovado por unanimidade nos termos apresentados. 9) PROCESSO
319 ADMINISTRATIVO PARA CRIAÇÃO DE RESERVA PARTICULAR DO
320 PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) PARA ANÁLISE, DISCUSSÃO E
321 DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO IX, DO ARTIGO 13, DO DECRETO
322 Nº 46.953/2016. 9.1) RPPN Solarius. Propriedade de Gustavo Domingues de
323 Gouvêa. Área aprovada: 7,1024 ha. Brumadinho/MG. PA
324 001322111501/2017. **Apresentação: Gciap/IEF.** RPPN aprovada por
325 unanimidade nos termos apresentados. 10) PROCESSO ADMINISTRATIVO
326 PARA EXAME DE REVISÃO. 10.1) RPPN Tabaroa. Propriedade de
327 Alexandre Teixeira de Figueiredo. Prados/MG. PA 09000001351/2014.
328 Retificação da área aprovada de 20 ha para 22 ha, nos termos do adendo
329 do parecer do relator. **Apresentação: Gciap/IEF.** Revisão de RPPN aprovada
330 por unanimidade nos termos apresentados. 11) ENCERRAMENTO. O
331 presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento informou que foi realizada
332 reunião com vários técnicos do IEF e do ICMBio para discutir a nova proposta
333 para realização dos planos de manejo, destacando a necessidade “não só de

334 conseguir o recurso, mas de viabilizar o recurso, e que os planos de manejo
335 sejam efetivos nas unidades de conservação”. Henri Dubois Collet/IEF fez um
336 relato sobre a reunião com o ICMBio, realizada na semana passada, em
337 Diamantina. “A proposta é acompanhar o ICMBio no trabalho que já vem
338 fazendo da revisão do roteiro metodológico para planos de manejo, que foi
339 instituído em 2002. Será preciso fazer novos alinhamentos. Nós observamos
340 que tínhamos grande custo para realizar o plano de manejo de valores muito
341 altos, e, no final das contas, esses planos ficavam inexecutáveis. Hoje, já
342 dispomos de muita informação e pretendemos fazer o manejo da unidade de
343 conservação, para trilhas, visitantes, manejo de algumas áreas. Em novembro,
344 haverá um encontro interno com os técnicos do IEF, que irão se reunir em
345 Diamantina, durante uma semana, para começarmos a discutir internamente se
346 esses são os caminhos possíveis de serem executados. Com total
347 transparência, vamos internalizar essa proposta de revisão do roteiro
348 metodológico e encaminhar internamente para que, em um terceiro momento –
349 e acreditamos que na primeira reunião da CPB do ano que vem –, possamos,
350 junto com o ICMBio, uma apresentação de como está avançando esse trabalho.
351 Estamos, neste momento, junto com o ICMBio, dando as mãos para chegarmos
352 a um denominador comum e de interesse de toda a sociedade. E que não se
353 deixe de passar pela CPB para conhecimento e depois, inclusive, manifestação
354 e aprovação.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “O modelo de
355 gestão não impede também de estarmos focados na conservação, que é o
356 objetivo. O que nos traz preocupação é: por que gastar tanto, se tem órgãos
357 específicos para fazer isso? Não é de responsabilidade da unidade, tem os
358 pesquisadores, a academia. Nós buscamos e direcionamos para fazer
359 pesquisas. Nós temos que conversar com os pesquisadores para que entendam
360 o que é importante. E estamos abertos a receber contribuições da Câmara.”
361 Conselheiro Marcelo Ribeiro Pereira: “Primeiro, parabenizar a iniciativa de
362 reformular o roteiro metodológico. Muitas vezes, a forma como os consultores
363 pensam o plano de manejo pode ser entendível para aquela gestão que está
364 naquele momento, mas, na troca de gestão, a informação se perde, e eles têm
365 dificuldade de interpretar o que estava por trás daquele plano de manejo.
366 Aproveitando a oportunidade, poderia se pensar em, talvez, deixar algum
367 recurso do POA para que fosse aberto edital específico para assuntos de
368 interesse de manejo da unidade de conservação, como demanda da área de
369 pesquisa. Seria muito interessante pegar os dados de licenciamento ambiental,
370 do que já foi levantado em termos de biodiversidade das unidades de
371 conservação, e integrá-los dentro da Infraestrutura de Dados Espaciais, a IDE.
372 O que poderia ser muito bom até para poder subsidiar decisões com relação
373 aos Estudos de Impacto Ambiental dos licenciamentos de empreendimentos
374 limítrofes às unidades, por exemplo, a identificação de alguma espécie
375 ameaçada de extinção que ocorra dentro da unidade de conservação. Esses
376 dados vão estar disponíveis para o técnico fazer a análise do licenciamento. Da

377 mesma forma, os dados com relação a biodiversidade presentes nos
378 licenciamentos seriam muito interessantes também que estivessem disponíveis,
379 porque a unidade poderia, a partir daí, pensar o que tem de biodiversidade no
380 entorno, presente nos empreendimentos, e começar a pensar em fluxo de
381 espécies entre essas áreas, e ter essa ideia espacial.” Presidente João Paulo
382 Mello Rodrigues Sarmento: “Nessa questão da estrutura, nós estamos
383 buscando estruturar para fazer parcerias. Quanto ao aporte de recursos do POA
384 para pesquisa, neste momento, nós temos a prioridade de estruturar a unidade.
385 Como agora nós temos um bom montante de recursos com a inovação que
386 fizemos, estamos avaliando como vamos colocar nessas unidades. Inclusive,
387 como vamos ofertar isso, porque já temos várias unidades de conservação que
388 já têm estrutura com pesquisadores. No nosso plano, sempre é prevista uma
389 área de pesquisa. Mas hoje temos uma urgência das unidades de conservação
390 de tomar posse, o que não é só regularização fundiária, mas estar presente, ter
391 portaria, cuidar, cercar. Então hoje nós priorizamos. Mas nada impede uma
392 parceria efetiva da universidade com o IEF, para buscarmos esse recurso da
393 Fapemig. E para pesquisa estamos, inclusive, rediscutindo todo o modelo de
394 autorização de pesquisa já descentralizando, trazendo a proximidade do
395 pesquisador para as unidades. E o próprio gerente vai ter a agilidade. Quem
396 conhece a realidade do dia a dia pode dar muito mais subsídios, tanto para a
397 gestão quanto para a pesquisa e quanto para o controle, muito mais do que
398 chegarmos aqui e discutirmos um plano maravilhoso. Então trazemos o pessoal
399 da ponta, que realmente executa, para a discussão. E vemos que vamos ter
400 muitos ganhos com isso.” Conselheiro Marcelo Ribeiro Pereira: “Eu acho
401 louvável já ter essa iniciativa de começar a pensar, e conseguir implementar
402 uma plataforma semelhante à que tem no SISBio no Estado seria excelente.
403 Inclusive, o que oneraria, ter que lançar os dados de espécies da biodiversidade
404 no sistema, isso já seria feito pelo próprio pesquisador, via plataforma, com a
405 responsabilidade dele de lançar os dados corretos. E seria muito interessante o
406 Estado pensar, realmente, na integração desses dados de unidades de
407 conservação dentro dessa IDE para o licenciamento. Eu coloco a UFV à
408 disposição, quando vocês estiverem fazendo a discussão sobre a modificação,
409 se for interesse do Estado, com relação a concessão das licenças, questões
410 específicas de formulários, coisas que são pedidas nos formulários e que, às
411 vezes, são inexecutáveis. Por exemplo, quantos organismos vão ser coletados
412 de tal espécie, coisas que os pesquisadores, muitas vezes, não têm condição
413 de responder, pela metodologia de pesquisa que se vai empregar na unidade. E
414 a UFV se coloca à disposição para auxiliar. Se tiverem interesse, podemos
415 organizar um grupo com pesquisadores de áreas diferentes, junto com o
416 ICMBio, também para ajudar nessa discussão e para montar um formulário que
417 seja interessante e auxilie o Estado nessa gestão, para poder disponibilizar
418 esses dados.” Henri Dubois Collet/IEF: “Nós tentamos fazer essa parceria com
419 o ICMBio para utilizar a plataforma SISBio, mas o próprio ICMBio tem algumas

420 propostas de mudanças e acha que, no momento, não dá para compartilharmos
421 a plataforma. Por outro lado, nós também estamos trabalhando internamente
422 com a nossa TI para verificar todas essas propostas que temos de sistemas. O
423 grande problema que temos é a falta de sistema. Um caminho que estamos
424 discutindo agora é criar o nosso próprio sistema, e a ideia é que, com essa
425 possibilidade da compensação minerária, possamos ter recursos para bancar o
426 um sistema do IEF, com todos os parceiros. Outra coisa que já estamos
427 tomando providência é que o próprio sistema de pesquisa já está sendo
428 descentralizado para os Regionais, para que possamos ter mais agilidade.
429 Acredito que, no início do ano que vem, possamos conseguir trazer alguma
430 proposta.” Conselheira Juliana Gonçalves Ferreira: “Eu vou reforçar que o
431 ICMBio está aberto a toda parceria. Nós temos que trabalhar juntos porque,
432 afinal de contas, o nosso objetivo é proteger a biodiversidade, as unidades de
433 conservação. Com relação a pesquisa, o SISBio, nós também estamos abertos,
434 porque o sistema ainda não conseguimos colocar junto, mas vamos pedir para
435 entrarem em contato com o IEF. Se não conseguirmos entrar com o mesmo
436 sistema, talvez consigamos um apoio para formar o sistema da SEMAD e do
437 IEF nos moldes do sistema do SISBio.” Conselheiro José Hermano Oliveira
438 Franco: “Só para complementar aquela minha fala inicial. Eu até acho que a
439 CPB pode propor muita coisa e não só julgar os processos, porque nós
440 percebemos todo mundo trabalhando muito bem. Evoluiu ao longo dos anos
441 muito bem, o governo trabalhando bem, os técnicos, as empresas, mas o
442 resultado é insatisfatório. Então alguma coisa está errada. Então começamos a
443 pensar nas estruturas, pensamos ‘quem sabe não seja a compensação’, o
444 método de gestão. O governo tem que achar isso em algum lugar. E está
445 insatisfatório do ponto de vista das unidades de conservação quanto do ponto
446 de vista como um todo. A própria gestão estadual inteira ou do país. Eu vou
447 tentar trazer essas discussões aqui para irmos amplificando a dúvida e, quem
448 sabe, a CPB possa propor alguma coisa nesse sentido ao governo do Estado.”
449 Henri Dubois Collet/IEF: “Essa é a nossa preocupação. A grande questão é que
450 os resultados não acontecem de um dia para o outro. Temos muitos passos a
451 seguir e estamos procurando avançar por todos os caminhos possíveis para
452 que tenhamos resultados. E acho que já tem um farol aparecendo para nós.
453 Então podem contar com o nosso empenho. E vamos em frente juntos.” Não
454 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente João Paulo Mello
455 Rodrigues Sarmiento agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a
456 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento
Presidente da Câmara de Proteção à
Biodiversidade e de Áreas Protegidas